



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL

Praça dos Três Poderes, Palácio do Planalto – Anexo II – Ala A – sala 114
70150-900 Brasília-DF Tel.: (61) 3411-3892/2403 – Fax: (61) 3226-9385

Relatório da 9ª Reunião da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – CNAPO

Palácio do Planalto, Auditório do Anexo I, Brasília (DF), 20 de Novembro de 2014

Dia 20.11.2014 – Quinta-feira	
9ª Reunião Plenária da CNAPO	
Local: Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto	
Horário	Atividade
09h – 09h30	Abertura Apreciação do Relatório da 8ª Reunião CNAPO Apreciação da Pauta
09h30 – 11h30	Balanço de 1 Ano do Planapo – CIAPO Informes: <ul style="list-style-type: none">• Programa Ecoforte - Marcos Frade/FBB E Fernanda Machiaveli/SG-PR• Proposta de Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos – PRONARA (CIAPO)
11h30 – 12h	PL 7735 (Biodiversidade) – Ivo Correa/Casa Civil
12h – 14h	Almoço
14h – 16h	Planejamento 2015 <ul style="list-style-type: none">• PPA 2016-2019 – Daniel Avelino (SG-PR)• LOA/2016• GT Monitoramento e Avaliação - Definições para o Seminário em 2015 e Metodologia de Elaboração do Próximo Planapo• 2º PLANAPO• Calendário Reuniões 2015
16h – 17h	Relatos das Subcomissões
17h – 17h30	Informes e Encaminhamentos <ul style="list-style-type: none">• Portaria de Funcionamento Secretaria-Executiva da CNAPO – Designação membro sociedade civil para a Mesa Coordenadora• Portaria de Renovação dos Mandatos da Sociedade Civil
17h30	Encerramento

Selvino iniciou a reunião lembrando que nesta data é comemorado o dia da Consciência Negra. Falou ainda sobre a presença da Presidenta Dilma na Conferência Nacional de Educação – Conae 2014.

Em seguida, houve a apreciação do relatório da 8ª Reunião, que foi aprovado sem prejuízo de possíveis alterações a serem enviadas posteriormente pelos presentes. Ficou encaminhado que a partir da próxima reunião o relatório deverá ser impresso e disponibilizado aos presentes, além do envio anterior por e-mail. Ressalvou-se que este relatório é um resumo executivo, mas que a íntegra do conteúdo pode ser disponibilizada pela secretaria-executiva.

Em seguida, passou-se à apreciação da pauta, que foi acatada pelos presentes.

Apresentação do Balanço do 1º Ano do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo

Foi realizada uma fala de abertura por Valter Bianchini, secretário de agricultura familiar do MDA, que citou a importância do primeiro ano do Planapo, como exercício de execução sinérgica entre os ministérios, e que sabe que há muito coisa a se fazer, mas olhando para trás, em um curto tempo, muita coisa foi feita.

Cássio Trovatto iniciou a apresentaç

ão do Balanço dizendo que não esgota a execução, mas destaca o que foi realizado no âmbito do Planapo até o momento, chamando a atenção para o fato de que o Plano vai até 2015.

Informe Ecoforte

Fernanda Machiaveli – Informe Ecoforte e cerimônia coletiva

Marcos Frade – FBB

Resultados Ecoforte Redes – Pegar apresentação

Prorrogação do Edital Ecoforte Extrativismo

Debate

Paulo Petersen – ABA

Iniciou dizendo que o cenário político mudou em relação aos períodos que elegeram o PT em outros períodos. A derrubada da PNPS foi um sinal de que a estratégia mudou. O cerne é prejudicar a governabilidade no próximo período, em articulação com a grande mídia. Nesse contexto, como levar a agenda da agroecologia e da produção orgânica à frente?

O atual Planapo foi construído em pactuação com diversos setores, inclusive os conservadores. O PT, principal partido deste governo, precisa estar à altura dos desafios do novo momento histórico, colocando em prática suas diretrizes (Ação institucional, Mobilização social e Revolução Cultural), fruto da orientação da executiva nacional do PT. Esse tripé é básico também para levar a agroecologia à frente.

Vivemos a hegemonia do agronegócio dentro do congresso e do próprio governo brasileiro. Criamos nichos de resistência, mas é preciso seguir avançando, e nesse momento o cenário é preocupante. Qual será o posicionamento do governo brasileiro nessa conjuntura?

Podemos citar o caso do PL 7735 como uma ambigüidade do governo. O não encaminhamento também foi um sinal de recuo em relação às posições do governo. Como manter um pacto político que possibilitou a reeleição da presidenta Dilma? Se o governo quiser de fato manter o processo de inclusão social, é preciso reformular estruturas institucionais e abrir frentes para democratização da terra, dos sistemas agroalimentares, etc.

Renovar o Plano de Agroecologia é contrariar interesses. 2015 é um ano chave, principalmente os seis primeiros meses. A CNAPO precisa pactuar a sua atuação nesse período, pois é nesse período que será elaborado um novo PPA e um novo Planapo. Vemos isso como uma oportunidade de avançar, pois se o Planapo não tiver sustentação social, será ainda mais difícil a sua execução.

Se não fosse a PNAPO, o Planapo, a CIAPO e a CNAPO, no eixo Conhecimento, por exemplo, não teria sido possível avançar em temas como os núcleos de agroecologia, por exemplo. Por isso, é fundamental um Estado sinérgico e não fragmentado. A mobilização social se faz não só a partir da sociedade civil, mas também da negociação de pactos com o governo.

O Planapo é uma compilação de medidas que já existiam. O grande ganho institucional foi o exercício de execução sinérgica. Ecoforte e Pronara foram as grandes novidades nesse Plano. Porém, algumas atuações paralelas dos próprios ministérios que compõem a CNAPO e a CIAPO muitas vezes desconsideraram ou até mesmo foram em direção contrária às discussões e aos posicionamentos da CNAPO.

Em relação à discussão política sobre mobilização social, considera fundamental a mobilização interconselhos. A dinâmica interconselhos precisa ser fortalecida e as relações com Consea e Condraf, sem prejuízo de outros conselhos afins, são fundamentais para, do ponto de vista político, incidirem em bloco nas agendas comuns.

É preciso ter capacidade política para garantir a sustentação do enfrentamento com interesses.

Ferrari

- É necessário estruturar o MDA para que ele possa desempenhar o papel central que lhe é destinado. Falta capacidade operacional. Sugere que se façam concursos e são contrários aos contratos de consultores com PJ;
- Sobre o Ecoforte, entende que o mínimo que o governo, o BNDES e a FBB devem garantir é o apoio aos 33 projetos habilitados, o que é uma posição da ANA também. Pede que o Plenário debata e tire como reivindicação da CNAPO o atendimento aos 33 projetos.

Denis Monteiro – ANA

- Destacou a atuação do GT Normas Sanitárias e Inclusão Produtiva, que avançou bastante nesse tema, apesar de não ser um item do Planapo;

- Comunicação é outro tema fundamental que deve estar na agenda da CNAPO para o próximo período e ocupar principalmente os canais de governo.

Marcos Rochinski – Fetraf

- Considera o Planapo um avanço, mesmo sendo uma compilação de iniciativas, porque deu visibilidade ao tema;
- A relação com o executivo é até boa, mas a pauta legislativa é hostil, o que reforça a importância de uma boa assessoria parlamentar;
- Não é possível que sejam ouvidos todos os setores menos a sociedade civil, o povo, como no caso do PL 7735;
- Reforça a importância de um diálogo mais permanente com a sociedade civil. É preciso que esse diálogo se dê para além dos espaços de instâncias definidas como a CNAPO, mas que permeie outras agendas e discussões.

Discussão sobre o PL 7735/2014

Romeu Leite apresentou a posição da sociedade civil quanto ao PL 7735, considerando os pontos constantes da Moção elaborada pela sociedade civil sobre o tema, entre pontos críticos e reivindicações.

Ivo Correa, da Casa Civil, contextualizou o histórico de debate sobre o PL, afirmando que o congresso travou o avanço porque não aceitou de tratar de maneira separada alimentação e agricultura em relação a outros usos. Disse que o deputado Alceu Moreira não é o relator oficial do PL. Reconhece a possibilidade de Biopirataria intencional, mas afirma que pesquisadores idôneos acabam sendo penalizados pelo excesso de burocracia. É preciso menos controle e mais transparência.

Sobre o pedido de urgência: retirar vai fazer a pauta cair no esquecimento e pode demorar muitos anos para avançarmos nesses marcos. Do ponto de vista internacional, o Brasil pode ficar fora das mesas de diálogo internacional. Essa votação tem que acontecer em um horizonte curto. Não considera positiva a retirada da urgência.

Considera que há avanços na negociação com o congresso. Não havia variedades crioulas nem agricultura familiar, por exemplo, e optou-se por aceitar agricultor tradicional, que é até mais amplo. O ponto central é a definição de variedade crioula e agricultor familiar. Representantes dos Povos e Comunidades Tradicionais levantaram esse ponto. A definição vem do MAPA e estamos tirando do mapa esse controle, é um avanço fazermos isso. Acha possível debater sobre o ponto e está otimista, mas o debate com o congresso em relação a assuntos de interesse dos ruralistas não tem sido fácil nos últimos 4 anos. A última grande polêmica foi a bancada ruralista não aceitar que se fale “povos indígenas”. Certamente, o governo sem o apoio dessas entidades estará enfraquecido pra fazer esse debate. Vivemos isso no código florestal de maneira muito dramática.

César lembrou que a bancada do parlamento do próximo período é pior e o texto pode piorar.

Eliane (Diretora de Patrimônio Genético do MMA) agradeceu o convite. Do ponto de vista do MMA, o PL é bem vindo, pois o MMA detém a secretaria do Conselho de Gestão do Patrimônio

Genético - CGEN. A MP trouxe disposições que dificultam a implementação dos trabalhos do CGEN, e possui pontos que só com uma nova lei podem melhorar. O MMA dialoga com diversos setores da sociedade, em uma tentativa de reunir toda essa experiência, inclusive a dificuldade de legislar com a MP, viemos para falar sobre a estruturação da lei.

Rogério Magalhães (Assessor da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do MMA) se apresentou e se colocou à disposição para debater o PL.

Romeu complementou sua fala questionando a possibilidade de aprofundar a discussão, uma vez que o tema tem urgência e pode ser votado a qualquer momento no plenário da Câmara dos Deputados. O material genético poder ser utilizado a qualquer momento dá abertura para a apropriação de maneira privada. A sociedade gostaria de mais tempo para discutir, pois não foram consultados, e o PL gera impactos sobre a agricultura familiar e as variedades crioulas.

Marcelo, da Rede Ecovida, disse que esse momento vai servir de referência para o debate. Não se sabe nem de qual versão estamos falando, em qual texto vamos trabalhar e do que estamos tratando. A sociedade entende que do jeito que está é legalizar a biopirataria, as sementes foram melhoradas pelos agricultores e também pelas instâncias formais.

Denis, da ANA, questiona que tipo de participação ocorreu da parte dos Povos e Comunidades Tradicionais e dos Povos Indígenas e quais foram as opiniões desses setores. Criticou o fato de o governo demonstrar descontentamento, mas acolher as ameaças da bancada ruralista do congresso. A sociedade não pode aceitar esse tipo de argumento, nem a criação de novos conceitos sem debate sem participação. Afirma que não é verdade que o Mapa esteja dizendo o que é variedade crioula, mas é a lei de sementes que nos diz isso. Não aceitou ouvir esse argumento do centro do governo, pois considera que tem que haver disputa nesse debate.

Pavarino, do MDA, falou sobre a inserção do MDA nesse processo. Considerou que a pior coisa nesse processo é desinformação sobre alguns conceitos. Questionou também qual é a versão do texto que se está discutindo, pois já são 14 versões, e no site da câmara a versão é de um que não tem agricultura nem alimentação. Afirmou que nesta correlação de forças, como no exemplo do que ocorreu com o código florestal, o ótimo é inimigo do bom. Afirmou que o MDA teve participação fundamental sim, pois o PL não tratava de repartição de benefícios nem de variedades crioulas. Hoje não se reparte benefícios no CGEN. O governo, no geral, tem que assimilar críticas à ausência de diálogo, mas no MDA o diálogo é pressuposto de atuação, é inerente à natureza do ministério. Informou que o MDA fez alguns movimentos nas últimas semanas, junto aos movimentos sociais, de fazer um esclarecimento, pois nem se pode chamar de debate. O único cadastro existente de variedades crioulas fica no MDA. Afirmou que 25 pontos da lei remetem ao regulamento e espera que o regulamento não seja elaborado dessa forma, pois quem faz é o executivo. Na questão do tamanho, a agricultura familiar não pode ser a única a entrar. Todo patrimônio genético acessado tem conhecimento tradicional. Porém tem agricultores com CTA que por conta do tamanho da propriedade não entram como familiares. Por isso, optou-se pelo conceito de agricultor tradicional. Um novo conceito sempre atrapalha, mas nesse caso o MDA teve que aceitar, para garantir que a variedade crioula seja objeto de repartição de benefícios.

Marcos Rochinsky, da Fetraf, concordou com a desinformação, mas disse que ela existe propositalmente, pois um setor envolvido no processo não foi chamado pra conversar. Afirmou que a Fetraf foi chamada pelo MDA no dia 10 de novembro, mas a Casa Civil e outros ministérios estavam há tempos discutindo e não chamaram. A sensação era de que o MDA estava sendo chamado por último. Por que o MMA não tinha sido companheiro em chamar o MDA, se o público a ser ouvido era essencialmente agricultor familiar e os PCT? A Fetraf participou das reuniões do núcleo agrário do PT, e constatou a total desinformação dentro da bancada do partido e o desacordo quanto aos termos do PL. A Fetraf se sente traída pelo MMA, por não terem nos chamado, pois foram chamados por acaso. Nessa altura, primeiro queriam registrar a insatisfação com a forma como o governo tem conduzido o processo, e em segundo lugar, não saindo a urgência, estão dispostos a “fazer os remendos”. Afirmou que o MDA e o núcleo agrário do PT têm sido parceiros, tentando fazer emendas e propostas, mas mesmo amenizando, não será um projeto assinado pela sociedade por nós, pois não coloca nosso conceito historicamente construído com luta.

Alessandra, da Contag, trouxe a reflexão de que principalmente em temas complexos, a necessidade do debate é ainda maior. Na visão da sociedade civil, nesse momento, em que o primeiro “tapa na cara” do congresso no governo após as eleições, foi a derrubada da PNPS, é difícil entender que agora é melhor do que o próximo congresso, não tem como a sociedade civil colocar força nisso. Afirmou que a questão agora é política e que divididos como estão não vão chegar a lugar algum.

Carmem, do MMC, afirmou que por causa de uma letra a gente perde muito. Agricultura tradicional abrange as mulheres, agricultor não abrange, e que as mulheres apóiam a reprodução da agrobiodiversidade, por isso devem ser consideradas.

Romeu contestou o argumento de que o próximo congresso é pior, pois de acordo com a liderança do PT, o momento atual é muito pior, pois o clima de prestação de contas e a disposição daqueles que não se reelegeram, são bem piores do que no início de legislatura.

Capi, da Casa Civil, afirmou que o PL saiu do governo sem o tema “agricultura e alimentação”. Para o governo, o grande avanço é na repartição de benefícios, que está assegurada até para as variedades crioulas.

Ivo, da Casa Civil, colocou à disposição da sociedade uma reunião na segunda-feira, 24/11, para aprofundar o debate. Do ponto de vista do governo, não temos problemas com participação, podemos sentar e aprofundar. É evidente que esse cenário, em que 40% dos deputados não foram reeleitos e não têm nada a perder, é um momento muito ruim. Nossa avaliação não é só política, é que o que está no congresso não é horroroso, é divergência em relação ao próprio governo. O percentual de repartição de benefícios é em relação ao que o executivo está discutindo, então temos que discutir. Disse que vamos ter brigas no plenário importantes, por isso vamos fazer uma agenda de conversas para fazermos essa disputa no congresso juntos.

Eliana, do MMA, acrescentou que a MP reparte benefícios com os proprietários das áreas e que foram vários os gargalos com a MP. Agora, o PL prevê um fundo para repartição de benefícios, com participação.

Rogério, do MMA, esclareceu que na lógica do PL, as cultivares estão isentas mas pertencem ao País. As raças crioulas não estão isentas da repartição de benefícios.

Paulo, da ANA, ponderou que continuar o debate está sem perspectiva, visto que pode ser votado a qualquer momento com o pedido de urgência. E não é consenso para a sociedade civil se o projeto é bom. Se o processo não é bom, o projeto não é bom. Afirmou que entendem que o momento político não é bom e o que o que pode cair no esquecimento é a agroecologia. Este projeto fere este princípio, por isso insistem na retirada do pedido de urgência.

Fernanda, da SG-PR, agradeceu a presença da Casa Civil, nas pessoas de Ivo e Capi, companheiros de luta na Casa Civil, e propôs que a CNAPO destaque algumas pessoas para debater, nos próximos cinco dias úteis, a proposta de texto.

Selvino sugeriu que a sociedade civil se reúna no intervalo do almoço pra formar esse grupo, que contará com a presença do MMA, da Casa Civil, do MDA e da SG-PR.

Cidinha, da FASE, manifestou-se a respeito do Balanço do Planapo, dizendo que as representantes da ST Mulheres avaliaram que das 124 iniciativas apenas 18 são exclusivas para mulheres. Isso reforça a necessidade de que as outras ST também incluam a pauta das Mulheres nas discussões.

Representante do Incra sugeriu que o Programa “Forte” deve ser institucionalizado em bloco, no BNDES, talvez, como linha perene e não só com Editais. Informou ainda que, na Área de Obtenção do Incra, está em andamento um projeto de Assentamentos de referência em sustentabilidade e agroecologia – “Assentamentos Sustentáveis”. Já existem iniciativas em andamento em Marabá (PA), Sergipe e Sul da Bahia.

Bianchini, do MDA, esclareceu que não há articulação para contratação de instituições privadas. Esperam que a Anater possa dar um reforço no que diz respeito aos processos operacionais de ATER, com a possível reformulação das diretorias do MDA, para que possam focar no diálogo e nas estratégias. Os projetos de fato estão desproporcionais ao quadro de colaboradores do MDA. O MDA está à disposição para o debate. Considera uma instituição “semente”, para ser construída, mas que tem um desenho

Selvino sugeriu como encaminhamento sobre a questão da Moção da Sociedade Civil acerca do PL 7735 que a plenária da CNAPO receba a moção, acolha como uma moção da sociedade civil das entidades da CNAPO e que a secretaria-executiva da CNAPO encaminha para os órgãos de governo.

Denis, da ANA, afirmou que a sociedade civil considerou a proposta de reunião com a Casa Civil e decidiu que na segunda-feira à tarde, Contag, Fetraf e Via Campesina acompanharão. Outros indicados são Gabriel Fernandes, da ST Sementes, e André, da ONG Terra de Direitos. Sugeriram ainda convidar Juliana Santilli, que assessora os movimentos nesse tema, e o Ministério da Justiça. Assumiram o compromisso de mobilizar a sociedade, em especial. Quanto à moção, concordou com o encaminhamento proposto pelo Selvino.

Daniel Avelino – PPA

- Como é o processo de elaboração do PPA
- Mecanismos de intervenção no próximo PPA
- LOA

É fundamental “saber pedir”. Planejar é fundamental, mas deve haver também Participação Social no monitoramento desse Plano. É possível consultar as páginas do PPA pela internet. O monitoramento do PPA vigente é feito no Fórum Interconselhos, via Agendas Transversais.

2015 será um ano estratégico, pois será o ano de elaboração do PPA 2016-2019. É fundamental que a sociedade incida no PPA. Para isso, apresenta três caminhos de incidência:

- Diretamente nos ministérios – planejamento setorial – se nessa primeira fase de elaboração já há participação social. Para isso, a atuação dos conselhos setoriais é fundamental e faz a diferença;
- Fórum Interconselhos – criado em 2011, é uma assembléia onde representantes de todos os conselhos setoriais são convidados a apresentar suas propostas. Haverá reunião no dia 08.12, quando MPOG vai apresentar cronograma (até março, ministérios encaminham; até maio, MPOG faz consolidação e até agosto MPOG encaminha ao Congresso). Em março de 2015, haverá novo Fórum Interconselhos, com a apresentação de todas as propostas em formato coletivo. As propostas são recolhidas em rodadas de diálogo interno no governo para a tomada de decisão. Em 2011, todas as propostas foram respondidas individualmente e cerca de 70% das propostas foram atendidas;
- PPA, LOA e LDO – Última palavra é do poder legislativo, ou seja, o debate com deputados e senadores no Congresso Nacional é que define a forma final do PPA. Transferência de Recursos Públicos diz respeito à LOA, que é apresentada, discutida e aprovada um ano antes. No começo do ano que vem, portanto, será discutida a LOA de 2016 (SIOP).

Daniel se colocou à disposição para construir uma agenda personalizada para a CNAPO. Sobre LDO e LOA, a SG promove uma consulta pública sobre o texto da LDO e uma audiência pública sobre o conteúdo da LDO. É preciso se preparar para assumir, no primeiro semestre de 2015, o protagonismo na elaboração do PPA.

Paulo Petersen

Temas e territórios apontados pelas ST, para fundamentar a realização de um Seminário ampliado do Planapo a ser realizado em março de 2015

Tem previsto um conjunto de atividades, como Encontros estaduais dos CPOrgs, Encontro Nacional do Campo, Encontros Regionais da ANA, Mobilização das Mulheres, Encontros, Jornadas e etc. Todas essas são ações em que o Planapo pode ser ponto de pauta e gerar propostas. Para isso, o ideal é que o seminário acontecesse após esses eventos, mas com a informação sobre o cronograma do PPA, temos que discutir.

Questão da participação no Encontro Interconselhos

Uma vez acatada a proposta, o GT M&A produzirá uma metodologia a ser compartilhada com a organização de cada evento, mais um documento produzido por cada ST sobre o seu tema, para ser incorporado e orientar os debates nos eventos de 2015

Iracema, da SG-PR, esclareceu que o Monitoramento proposto pela CNAPO é complementar ao realizado pela CIAPO. Os processos relativos ao PPA e ao monitoramento terão que ser conduzidos em paralelo, no primeiro semestre, em diálogo intenso com as áreas de governo.

Lilian, do MDS, questionou sobre as alterações previstas para a metodologia do PPA e sugeriu fazer reunião entre os três conselhos (CNAPO, Condraf e Consea) para discutir de forma única.

Daniel esclareceu que não foram divulgadas as alterações, mas que a posição que se tem é de que o PPA é bem exitoso.

Denis, da ANA, reforçou que o prazo de março deve ser para consolidar programas de forma mais abrangente. No nível de detalhamento do Planapo, com orçamento, metas e iniciativas, qual é o prazo? Quanto à reforma agrária e ao reconhecimento dos territórios de PCT, está em qual Plano e em qual(is) programas do PPA?

Daniel, da SG-PR, explicou que não é necessário trazer todas as ações setoriais, mas as estratégicas.

Cláudio, do Incra-PR, informou a sugestão dada pela ST Sementes, de não perder a idéia inicial das experiências a serem visitadas nos territórios. Caso não haja tempo hábil para as visitas, trazer isso de forma sistematizada para o Seminário.

Débora, do Incra, informou que amanhã haverá reunião do Incra sobre o novo Planapo.

Cássio questionou se, nos Estados, o PPA segue o mesmo cronograma.

Ferrari ponderou sobre a possibilidade de haver “descasamento” entre o novo Planapo e o PPA 2016-2019, pois até março é um tempo curto para incidir no PPA.

Daniel, da SG-PR, afirmou que é mais estratégico ter a meta incluída no PPA e citou o exemplo da Juventude, que foi beneficiada por vários outros programas que não tinham o nome “juventude”, mas que tinham impacto para o segmento. Em relação à estratégia da CNAPO para incidir no PPA, entende que pode ser feita em conjunto com a elaboração do novo Planapo

Rogério, do Mapa, concordou com Ferrari, que em função do prazo, deve-se olhar para o Planapo hoje e se concentrar nos objetivos e nas grandes metas, para que elas estejam representadas no PPA e depois considerar a forma final do PPA

João D’Ángelis, da Conab, questionou o que o GT M &A espera que a CIAPO traga de contribuição para a metodologia de monitoramento do Planapo.

Paulo, da ANA, sugeriu à CIAPO aprofundar o debate e se questionar sobre a sinergia que o Planapo propiciou entre os órgãos.

Daniel, da SG-PR, teceu suas considerações finais, afirmando que o Fórum Interconselhos é aberto propostas de modelo de desenvolvimento nacional, incidindo em temas como economia, preservação ambiental, desenvolvimento social, etc.

Selvino agradeceu a Daniel pela participação.

Paulo Petersen e Generosa foram os dois nomes indicados pela CNAPO para participarem, com despesas pagas, do Fórum Interconselhos que ocorrerá em dezembro.

Relatos de ST (Encaminhamentos ao Plenário da CNAPO)

Conhecimento - Ferrari

- Carta a ser encaminhada ao Ministro Miguel Rosseto, solicitando a estruturação do MDA para reforçar a capacidade operacional do Ministério e pedir informações sobre a Anater;
- Que a secretaria-executiva da CNAPO envie à Presidência do Inbra uma carta solicitando o reforço da presença do Inbra, especialmente na ST Conhecimento – 2 pessoas estão responsáveis. Selvino questionou a necessidade de formalizar. Generosa colocou que as pessoas do Inbra não estão delegadas para tratar dos temas e isso é um problema. Alexandre reconheceu a presença do Pablo, do Inbra, mas esse tema da sobreposição de ações não tem sido assumido. O Inbra precisa refletir e indicar uma presença com esta qualificação. Apesar dos Inbra serem autônomas, precisam respeitar as diretrizes nacionais. Débora, do Inbra, afirmou que o Inbra tem uma média de 2 representantes em cada ST, foi uma eventualidade. Encaminhamento final é de **não** mandar carta ao Inbra;
- CNAPO deve cobrar posicionamento dos órgãos do governo em relação à análise dos documentos do Pronara;
- Carta de apoio Fórum de Agroecologia da Embrapa – e à realização de um seminário Nacional de agroecologia da Embrapa – Gilberto Carvalho incida junto à presidência da Embrapa para pautar a realização desse encontro, pois a ST avalia que há falta de vontade política da Embrapa de apoiar o tema;
- Ferrari redigirá as minutas dos documentos, a secretaria-executiva da CNAPO enviará a todos e, não tendo contribuições, envia ao MDA;
- Zumbi informou sobre a reunião com César Aldrighi, do Inbra, para tratar da possibilidade de migração de famílias. Incluir esse ponto de pauta na reunião do GTO e mapear os números desse sombreamento e pactuar com o Inbra os procedimentos a serem adotados.

ST Mulheres – Renata Leite (MDA)

- Dificuldade da participação dos movimentos sociais (Fetraf – Graça e MMTR-NE Verônica Santana). MDA se propõe a pagar passagens;
- Reclamam da sobreposição de reuniões de ST, o que impede as mulheres de assistirem às outras reuniões;

- Sugerem a participação ativa das organizações de mulheres no seminário de avaliação de monitoramento do Planapo, recomendando 50% de mulheres.

ST Produção, Fomento, Crédito e Agroindustrialização

- GT Normas Sanitárias vai fazer agenda de trabalho;
- Para esta ST, se a agenda ficar muito apertada, usar 1 dia e meio;
- Na ST Produção, debate sobre Legislação Sanitária, mapeamento das iniciativas e gargalos e proposta de reestruturação do marco legal, uma vez que o atual é totalmente inadequado para o panorama atual da Agricultura Familiar. O debate teve presença da Secretaria-Geral. É importante que a Casa Civil se envolva;
- Iracema, da SG-PR, sugeriu que a MC coloque esse tema em destaque para definir como tratá-lo.

ST Sociobiodiversidade

- Realizou análise do cruzamento do Planapo com outros planos, elaborando uma Minuta de documento com eixos, linhas, iniciativas e objetivos, para ser inserido no próximo Planapo;
- Proposta de encontro em março para discussão da realidade da Sociobio nos Estados;
- MMA e MDA - até 10.12.2014 para as instâncias estaduais sobre o processo de retomada;
- Sugerem que seja realizada reunião da CIAPO com o tema da Sociobio.

ST Sementes - Cláudio – Incra

- Gabriel (Coordenador da ST) está em um evento da Embrapa em Santos SP, sobre bancos de germoplasma;
- Sobre o PAA Sementes - Até 26.11, as entidades deverão enviar subsídios à Conab para elaboração dos normativos a respeito do fluxograma, para pautar a discussão e elaboração de um Programa Nacional de Sementes;
- Daniela, do MDS, lembrou que é necessário definir titular e suplente da CNAPO no comitê consultivo do PAA.

STPORG - Romeu

- Definiram estratégia para a elaboração do próximo Planapo;
- Pretendem coletar demandas nos CPOrg;
- Informam que a Coordenação dos CPOrg está saindo do Mapa e passando para a sociedade civil.

Pronara

Iracema sugeriu que fique para a próxima reunião da CNAPO, um posicionamento do governo, a ser trazido pela CIAPO.

Cássio questionou a criação da ST Pronara, que não foi encaminhada. Considera que essa ST, articulada com a CNAPO, nesse momento, é importante para ajudar a CIAPO a pressionar os Ministérios a analisarem mais rápido o documento.

Rogério ponderou a questão de prazos, principalmente com relação ao PPA. Para tirar metas para o PPA, não dá para esperar a próxima reunião da CNAPO. Apóia a sugestão do Cássio para ir pressionando e fechando acordos para o Pronara aparecer no PPA.

Denis, da ANA, colocou que o acordo sobre prazos com a CIAPO não foi cumprido. A intervenção inicial era de que até o final do ano o governo se posicionasse. A CNAPO também precisa conhecer a posição do governo para se posicionar. A CIAPO precisa criar um grupo para acelerar esse processo, não esperar que uma ST da CNAPO faça isso. Não faz sentido, pois o programa não foi acatado pelo governo. A tarefa agora é a tramitação interna ao governo.

Rogério, do Mapa, ponderou sobre o papel da Mesa Coordenadora da CNAPO, então G8, no arranjo final do primeiro Planapo. Talvez não seja ainda a ST, mas que tenha alguém da sociedade.

Iracema informou que a próxima reunião da Mesa Coordenadora será no dia 16.12. Sugeriu que a CIAPO traga relato e a MC, se entender necessário, chame reunião com membros do GT.

Sobre comitê consultivo do grupo gestor do PAA, indicou-se Gabriel Bianconi e Iracema Moura.

Generosa, da Unicafes, anunciou que a ANA se reuniu e ratificou as sugestões da MC da CNAPO: Gabriel (Titular) e Iracema (Suplente).

Iracema passou aos informes:

Sobre a composição da Mesa Coordenadora da CNAPO, que contará com 10 representantes, sendo:

- 5 de governo – O governo discutirá os nomes a serem indicados na próxima reunião da CIAPO;
- 5 da sociedade civil – Sociedade civil decidiu manter Denis, Paulo, Generosa e Laércio, e incluir Verônica Santana como a quinta integrante.

Sobre a renovação de mandatos, Iracema explicou a Portaria e colocou a necessidade de uma avaliação sobre a permanência de entidades e órgãos de governo, em função da ausência sistemática nas reuniões.

Iracema encerrou a reunião desejando bom retorno a todos.